

ESPAÇO GEOGRÁFICO, SAÚDE E TRABALHO FEMININO

Introdução/Justificativa

A contemporaneidade do capitalismo tem evidenciado de maneira assustadora, as conseqüências de um processo concentrador de riquezas e de poder por um lado, e, por outro, a pobreza, o abandono social e a expansão da violência que não se restringe aos espaços classicamente denominados de urbanos. As profundas desigualdades, a intensificação e expansão dos múltiplos processos de transformação da natureza têm propiciado um crescente movimento do reconhecimento dos limites desse tipo de reprodução societal, manifestada em inúmeros matizes. Desenvolver e ser desenvolvido passou a significar, desde meados do século XX, o alcance de determinados índices e valores que padronizam a vida social, política e econômica, não abarcando as especificidades e diferenciações de cada lugar, distanciando a realidade dada, da realidade ideal, ou seja, dos valores concebidos de(a) vida.

Desse modo, confunde-se o crescimento econômico e o desenvolvimento social, o que evidencia não podermos pensar ser um modelo de desenvolvimento econômico sinônimo de efetivo desenvolver exigindo, portanto, um repensar que enfatize as singularidades e coletividades distintas de cada lugar. Aqui propomos esse repensar através da prevenção à saúde, como uma possibilidade de entendimento do espaço geográfico de forma integral (forma e conteúdo) e como produto social. A busca pelo entendimento integrador do espaço coloca a necessidade da qualidade do espaço, da qualidade do ambiente e, conseqüentemente, da vida, entendendo-se qualidade do espaço como a “idéia de um espaço social elaborado, complexo e exitoso, numa palavra, apropriado, e não somente dominado pela técnica e pelo poder político; o que estaria associado com o ‘mudar a vida’” (Lefebvre, 2008, p.150).

Os valores atribuídos à noção de qualidade de vida frequentemente se apóiam em estimativas e modelos ideais que se distanciam da análise interrelacional do lugar e das pessoas que vivem no lugar, assumindo um caráter abrangente e desfocado, no qual se generaliza o seu entendimento apenas como um modelo de desenvolvimento e reprodução da vida. Neste

sentido, qualidade de vida deve ser compreendida na necessidade de se repensar o espaço geográfico e as relações entre sociedade e natureza, reconhecendo ser o espaço geográfico um ambiente multidimensional, fruto da interação entre a dinâmica social e a dinâmica natural, superando, dessa forma, com a dicotomia sociedade – natureza. No entanto, é preciso (re) estabelecer as singularidades sociais de modo que qualidade de vida seja atrelada ao desenvolvimento determinado e proposto pelos indivíduos que de fato produzem e reproduzem o espaço.

Qualidade de vida está relacionada diretamente às condições de saúde, questão problematizada e colocada em diferentes momentos históricos, e reconhecida pela ausência e/ou pouca atenção nas intenções de melhoria e qualidade de vida da população que necessita dos serviços de preservação da saúde. A concepção tradicional de saúde, calcada no modelo curativo-assistencialista, se torna insuficiente diante de grande parte da população estar privada dos direitos de cidadania¹, além do processo de urbanização e de periferização das cidades tornarem ainda mais complexo o controle de algumas endemias, já que resultaram de um planejamento urbano segregador, promotor de intervenções públicas pontuais de remoção e de “afastamento da pobreza” na Cidade do Rio de Janeiro, o que quer dizer, crescimento e aumento do nº de favelas.

É desde o século XIX que o debate sobre a pobreza e a habitação popular mobiliza as elites cariocas e quando vamos encontrar as origens de um pensamento específico sobre a favela (VALLADARES, 2000), ou seja, a favela assumindo importância quando se pensa e intervém na Cidade, quando se planeja seu presente ou seu futuro, recaindo sobre ela o discurso higienista e a crença de que seus moradores são responsáveis pela sua própria sorte, e também, pelos males da Cidade. A representação de negatividade da favela é tão evidente que passa a ser considerada como

¹Baseamos nossa noção de cidadania conforme Oliveira (1999, p. 117): “Entendemos cidadania como uma dada condição humana - de consciência política e social - que traz em si um ideal de bem-estar e felicidade que tem variado historicamente, de acordo com a diversidade das culturas. Como elementos desta condição temos: a participação e o nível de consciência política, o grau de igualdade ou equidade, o grau de liberdade, o nível de garantia de um conjunto de direitos, o grau de acessibilidade a bens, serviços e equipamentos sociais”.

aglomerados subnormais pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística² (IBGE) corroborando dessa maneira, para uma visão preconceituosa e discriminatória.

De acordo com Castro (2004, p.193), o controle é o ponto vital para a compreensão das medidas públicas voltadas para o crescimento e expansão das favelas, controle não apenas das doenças, miséria, mas fundamentalmente o controle do corpo social e político da massa pobre da população:

[...] o processo de intervenção do poder público nas favelas no Rio de Janeiro foi formulado não só a partir da conjunção de diferentes saberes, mas do estabelecimento de diferentes formas e dispositivos de controle das populações faveladas. Passando do controle sobre o tipo de habitação e sobre o uso do solo, para um controle sobre os próprios mecanismos de organização (via associações de moradores, ou conselhos deliberativos). O que a análise das práticas de intervenção pública do passado e do presente pode revelar, é que [...] estava em jogo a construção, nos termos de Foucault, da inserção dos sujeitos sociais, das suas histórias, comportamentos e costumes, não só como mecanismo de ampliação da 'cidadania', mas também de aprimoramento das formas de controle e de gestão das populações por parte dos poderes públicos.

Os direitos de cidadania são direitos e deveres civis, que não se refletem nas necessidades cotidianas da vida, que não modificam a racionalidade hegemônica e a visão quantitativa das intervenções públicas, e que revelam a ênfase do desenvolvimento econômico em detrimento dos aspectos sociais. As políticas voltadas para a saúde não têm atendido grande parte da população que necessita desses serviços, o que nos leva à busca por uma justiça social, como defendido por Harvey (1980, p.82), onde "a justiça social é uma aplicação particular de princípios justos e conflitos que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual", sendo possível a existência das diferenças socioespaciais, sem intervenções pontuais que as desigualizem.

²Caracterização das favelas do IBGE disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/online/catalogo2/digitaltema.php?tema=Organizacaoterrit&pagatual=inicio>. Acesso em: 01 de agosto de 2009.

Neste sentido, o campo de ação da saúde preventiva e de promoção à saúde é um campo político do indivíduo e do coletivo onde:

A construção de identidades coletivas, de comunidades de ação, de regras de pertinência, é um momento crucial na tradução do pessoal e do político num terreno mais amplo de ação humana. Ao mesmo tempo, a formação dessas coletividades cria um ambiente e um espaço que moldam a pessoa política, assim como moldam os modos pelos quais o pessoal é e pode ser político (Harvey, 2004, p. 315).

Desse modo, o entendimento crescente da necessidade de integração da ciência geográfica à discussão da qualidade da saúde nos remete a uma abordagem que vise o direito à saúde³, que significa ir além do atendimento médico hospitalar, buscando numa escala mais ampla do sentido de qualidade de vida.

A importância da temática deste trabalho consiste no diálogo da Ciência Geográfica e suas categorias de análise na compreensão das condições de saúde, através das relações espaciais do cotidiano do indivíduo e do coletivo com o ambiente, tendo como empiria a favela da Rocinha, cidade do Rio de Janeiro. A relação sociedade-natureza coloca a dimensão espacial como fundante nesse debate, na medida em que o espaço é um fato histórico, isto é, fruto da história da sociedade na medida em que a história não se reproduz fora do espaço, e nem a sociedade se realiza, se reproduz sem o espaço. O espaço geográfico é, por natureza, social, por ser transformado, através das práticas sociais, em segunda natureza, em materializações que expressam tanto o uso, o espaço da reprodução, como a troca, o espaço da produção em suas múltiplas formas.

³Direito à saúde, neste trabalho é entendido no mesmo sentido proposto por Henri Lefebvre em relação ao *Direito à cidade*. No qual, "só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada" (LEFEBVRE 1991, p. 117).

As relações cotidianas são marcadas pela apropriação do uso, isto é, pelo uso do espaço para a reprodução, locus quase exclusivo do trabalho feminino que organiza, estrutura o cotidiano da força de trabalho. Esse cotidiano depende de sistemas técnicos para garantir condições dignas de vida que devem ser consideradas no momento histórico vivido, isto é, com equipamentos e acessos que garantam condições de bem estar e tomada de decisões perante as dificuldades a serem enfrentadas.

Grande parte da população brasileira não desfruta dessas condições, particularmente as mulheres, que enfrentam a rotina da desigualdade de gênero. A socialmente criada divisão sexual do trabalho delega às mulheres os afazeres domésticos, trabalho invisível e não considerado como fundamental na reprodução da sociedade, cabendo-lhes, portanto, responsabilidades que ultrapassam, em muito, sua capacidade de organização, como as condições de salubridade do ambiente vivido, por exemplo, mas que têm que contorná-las para garantir segurança de saúde para a família. A casa, o lar, tem de estar inseridos em um espaço com sistemas técnicos que garantam uma qualidade de vida que permita o desenvolvimento biológico e social da força de trabalho. A precariedade ou inexistência de esgotamento sanitário, água potável, coleta de resíduos, condições primárias para a garantia de qualidade de vida, propiciam a geração de vetores danosos à saúde, sabemos, não bastando o esforço do trabalho feminino em manter limpo o seu lar se o seu entorno não provê condições coletivas de um ambiente adequado para assegurar a saúde coletiva.

Objetivos

Nosso objetivo central consiste em analisar a reprodução desigual do espaço pelo capital e de que maneira essa apropriação desigualiza os espaços, dicotomiza as dinâmicas naturais e sociais, propiciando o desaparecimento ou lenta morte dos ecossistemas locais, promovendo o aprofundamento das estruturais desigualdades assim como a qualidade da saúde ambiental, prática exercida majoritariamente através do trabalho feminino no cotidiano da população que ocupa os espaços denominados favelas na Baixada de Jacarepaguá e adjacências. Por que a Baixada de Jacarepaguá e adjacências?

Metodologia

Nosso planejamento para o ano de 2011 objetiva uma escala menos próxima de análise: a cidade do Rio de Janeiro. Por que a cidade do Rio de Janeiro? Na Cidade ocorreram, em 2007, os Jogos Pan-Americanos sendo eleita para abrigar, em 2014, a Copa do Mundo e, em 2016, as Olimpíadas. Esses grandes eventos são resultados de profundas mudanças nas orientações do planejamento urbano para um modelo resultante de ações de agências multilaterais como BIRD, Habitat, que têm a competitividade urbana como objetivo central. Esse modelo denominado planejamento estratégico visa a tornar a cidade competitiva para atrair negócios, investimentos de capital, tecnologia; portanto, oferecer qualidade de serviços a bons preços. Vender a cidade impõe torná-la um objeto, uma mercadoria, capaz de enfrentar os problemas com as racionalidades que o capital exige de uma empresa. Os grandes eventos de 2014 e 2016 são resultado do *marketing* da cidade, cujo território constitui atributos de competitividade, condições estratégicas de *city marketing*. Embora sua reconhecida beleza natural e a oferta de serviços e infraestrutura empresarial sejam atrativas, a logística da Cidade precisa ser adequada à circulação e demandas operacionais às dimensões desses eventos.

Toda a Cidade irá ser afetada por obras de reforma e construções de estruturas para realização de várias modalidades esportivas, construções de eixos viários integradores, mudanças na logística operacional das principais vias de acesso aos lugares de realização dos múltiplos eventos, entre outras ações. Um espaço que já vem sofrendo transformações e abrigará grande parte dessas intervenções territoriais é a Baixada de Jacarepaguá e adjacências, região denominada de Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. É neste recorte espacial que analisar, quantificar, mapear, catalogar, acompanhar os múltiplos processos de mudanças promovidos pela parceria “público-privado” na região, frutos das orientações das agências internacionais norteadoras (Banco Mundial, por exemplo) dos princípios do empresariamento da Cidade, tendo o setor privado como um dos principais agentes das estratégias locais.

Como exposto acima, apresentamos o Planejamento 2011 a partir das atividades de extensão: analisar, quantificar, mapear, catalogar, acompanhar os múltiplos processos de mudanças promovidos pela parceria “público-

privado” na Baixada de Jacarepaguá e adjacências. Por quê? Para analisarmos as múltiplas escalas dos processos de intervenção territorial, as (des) (re)territorializações em andamento, isto é, a implantação de sistemas técnicos considerados de interesse público/social, como estradas, túneis, construção de estruturas, novas edificações, e as conseqüências na reprodução do cotidiano da Cidade desapropriando inúmeras residências, mudando a lógica de vida local, constituindo as atividades de campo e consulta a bibliografia acadêmica, sites e diários que circulam na Cidade, essenciais para o monitoramento, o acompanhamento dessas mudanças. Objetivamos reconhecer a distribuição locacional e nível de renda da população residente na área de estudo, os diferentes investimentos de capital e regulação do uso do espaço pelo poder público. Para tanto, é preciso que tenhamos um conjunto de conhecimentos científico, empírico e instrumental para analisarmos criticamente as transformações, os agentes e sujeitos sociais dessa dinâmica transformadora. A atividade de extensão está sendo considerada como “condição, meio e produto” para a integração entre conhecimento e práticas complementares na formação do aluno, possibilitando-lhe oportunidades enriquecedoras de aprendizagem profissional.

Referências Bibliográficas

- CASTRO, M. P. J. **Da favela à comunidade: Formas de classificação e identificação de populações no Rio de Janeiro.** Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 8, v.15, n.2, p.171-198, 2004.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Ed. Graal: 1998, 295p.
- HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo: Ed. Hucitec: 1980, 291p
- _____. **Espaços de Esperança.** 1º e.d. São Paulo: Edições Loyola: 2004, 382p.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 1º e.d. São Paulo: Ed. Moraes: 1991, 145p.
- _____. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, 190p.
- MASSEY, D. **Um sentido global de lugar.** In: Arantes, O. (org.) O Espaço da Diferença. 1ºe.d. Campinas: Papirus: 2000, 304p.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** 1º e.d. São Paulo: Contexto, 2008, 188p.
- OLIVEIRA, M. P. **Um conceito de cidadania para se trabalhar a cidade.** In: Revista GEOgraphia UFF, Niterói, v.1, n.1, p. 93-120, 1999.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ºe.d. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2006, 392p.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000, 174p.

VALLADARES, L. **A Gênese da Favela Carioca – A produção anterior às Ciências Sociais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.15 n.44 p. 6- 33, 2000.